

**EXIGIR A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL
NA DISCUSSÃO DOS PROJECTOS
DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO**

ENCONTRO NACIONAL DE DIRECÇÕES ASSOCIATIVAS



CONCLUSÕES DO ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
E SUPERIOR - 9/4/78

O presente ano lectivo, tem sido caracterizado por um intenso agravar das condições de estudo e de trabalho nas escolas. A situação para a qual o movimento associativo no ano transacto vinha alertando, vai dando hoje passos alarmantes sobre os quais não podemos deixar de estar atentos e assumir posição em consequência, já que são inúmeros os pontos de acentuada ruptura e tensão a todos os níveis da educação.

Pensamos assim, que a reestruturação do ensino superior é o problema central que se coloca, no presente momento, à Universidade Portuguesa e ao Movimento Estudantil e Associativo.

Ao mesmo tempo que anuncia que a reestruturação deverá ser precedida de um amplo debate nacional, criando inclusive um Conselho Nacional do Ensino Superior para coordenar o debate, o MEC impõe prazos de discussão claramente irrealistas, seleccionando à partida a participação activa e criadora dos estudantes e professores que são colocados perante uma política de facto consumado.

É assim que, sem consulta prévia às escolas, extingue bacharelatos (Letras e Ciências), acaba com cursos nalgumas Faculdades e retira a possibilidade de especialização noutras; não exita em encerrar escolas ao impôr Comissões de Restrução alheias ao ensino em Portugal (caso do ISCSP e FEP), negando a importância do estudo das Ciências Sociais no nosso país.

A vontade expressa da criação do Superior Curto pela consequente desgradação dos ISCA's e dos ISE's, são traços evidentes duma política que se acentua pelo seu carácter restaurador da elitização do ensino.

Neste sentido, não podemos deixar de denunciar o carácter arbitrário e descricionário desta política, que põe claramente em causa a necessidade de um ensino de qualidade, crítico e científico.

O prosseguimento duma política de reforço da selecção desenfreada do acesso à Universidade, agora conseguida com novas formas e mais sofisticadas de selecção que pesam sobre os estudantes do Propedêutico, têm provocado o repúdio generalizado do movimento estudantil.

As tentativas de liquidação da avaliação contínua, da restauração de frequências com carácter eliminatório e a intensificação brutal dos ritmos de estudo individualistas, são aspectos salientes de uma ofensiva virada para o reforço da selectividade, impondo um quotidiano progressivamente autoritário.

A par de toda esta situação de carácter fundamental, avolumam-se muitas outras situações que não podemos desprezar.

É assim que, o funcionamento democrático, desde as turmas à gestão, está hoje ameaçado em inúmeras escolas.

Não podemos deixar de denunciar a tentativa de regresso à prática de processos disciplinares e à incriminação em tribunal, de estudantes democratas, pelo "crime" de ousarem fazer cumprir decisões da maioria; não podemos deixar de denunciar o regresso às escolas de personalidades gratas ao fascismo, que durante anos foram alvo do combate de milhares de estudantes e trabalhadores; não podemos deixar de denunciar a complacência da justiça e do governo, quer perante a proliferação da violência e terrorismo de grupos nazis nalguns liceus do nosso país e perante a impunidade de permitir que organizações de extrema-direita destruam criminosamente o nosso património cultural e científico, como é o caso da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Não podemos deixar de denunciar igualmente a política "Social" do MEC que, pelo aumento do preço das cantinas e residências, sem contrapartida no aumento do número e do quantitativo das bolsas, se impõe mais selectiva para os estudantes oriundos das classes trabalhadoras.

É esta a situação genérica que comprovamos hoje nas nossas escolas e queremos deixar bem claro que a ela não é alheia a política anti-democrática e anti-popular do anterior governo, oportunamente anunciada, e agora agravada com a presença do CDS — partido que votou contra e diariamente contraria a Constituição, partido cuja composição é abundante em personalidades do fascismo —, quer pela continuidade do "novo" Sotto-Mayor Cardia, principal responsável e símbolo ímpar da intensificação da política de ataque que se vem desenvolvendo às conquistas de Abril, ao nível do ensino.

É COM BASES NESTAS CONSIDERAÇÕES QUE AS ASSOCIAÇÕES DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR DELIBERAM:

1. Mobilizar amplamente os estudantes a nível nacional, unificando todo o caudal de descontentamento, contra esta política, unindo as reivindicações, traduzindo os variados problemas que afectam o nosso ensino, num único caderno reivindicativo que congrege os interesses da esmagadora maioria dos estudantes e exprima o projecto que o movimento estudantil democrático possui por um ensino crítico e científico.

2. Vincular as A.E.'s presentes a desenvolver um esforço de organização de processos de unificação por sectores de ensino (Letras, Medicinas, ISE's ...), à semelhança do até agora realizado pelas Economias, ISCA's e ISS's, Psicologias e Magistérios, facilitem a unificação global do movimento. Apontar neste processo para a consolidação das estruturas representativas, nomeadamente as estruturas as sociativas de base.

3. Iniciar um processo de elaboração profunda do CADERNO REINVINDICATIVO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES (que seja simultaneamente um instrumento de luta e a base de uma alternativa fundamentada com o qual os estudantes devem avançar, a partir do seu conhecimento das realidades do ensino e da necessidade da sua adequação às realidades socio-económicas do país), devendo o MA debruçar-se sobre os seguintes pontos:

RESTRUTURAÇÕES — Contra as reestruturações arbitrárias, exigência do alongamento à população estudantil da discussão dos processos de reestruturação e consequente alargamento dos prazos para a discussão. Exigir a participação das organizações representativas dos estudantes no Conselho Nacional do Ensino Superior.

Contra as actuais reestruturações de cursos e contra o projecto de criação do Ensino Superior Curto nos ISE's, ISCA's e ISS's.

Contra as imposições do FMI no campo da reestruturação pedagógica e seu projecto de privatização do ensino.

DIREITO AO ENSINO — Contra o Ano Propedêutico, contra os exames de selecção nos Magistérios, contra o "numerus clausus" e a selecção desenfreada.

DEMOCRACIA NAS ESCOLAS — Contra as restrições à liberdade de expressão e reunião, contra os processos disciplinares, contra a reintegração dos sa-neados, pela gestão democrática — contra o poder autocrático e descricio-nário dos Conselhos Científicos, pela paridade nos Conselhos Pedagógicos e contra o sistema de gestão vigente nas escolas do Magistério.

MÉTODOS PEDAGÓGICOS — Contra os métodos autoritários e anti-pedagógicos. Apoio pedagógico em professores, material e instalações capazes, contra os cordes orçamentais nas escolas.

SERVIÇOS SÓCIAIS — Abolição do despacho sobre bolsas e residências. Por bol-sas compatíveis com o aumento do custo de vida, extensíveis a um maior nú-mero de estudantes. Pela participação estudantil na definição da política dos Serviços Sociais.

DIREITO AO TRABALHO — Assegurar saídas profissionais nos vários ramos de ensino.

ESTUDANTES-TRABALHADORES — Exigência de imediata institucionalização das aulas nocturnas universitárias (a partir das 20 horas).

Consideram-se estes pontos como um esboço iniciador e orientador do esfor-ço das estruturas representativas do MA e nunca, obviamente, uma plataforma rein- vindicativa acabada.

4. Pôr à discussão de todo o MA a concretização do caderno reivindicativo comprometendo as RIAs, a AAC e a Coordenadora dos Magistérios na preparação de planos regionais de discussão e mobilização à volta deste caderno. Apontar nesse sentido para a realização de *encontros sectoriais por ramos de ensino*.

5. Apelar a que todos os sectores afectados pela política ministerial não se limitem a elaborar reivindicações, mas que traduzam estas num esforço de mo- bilização e contestação activa que torne o caderno reivindicativo numa realida- de palpável e alternativa.

6. Apelar à máxima unidade dos estudantes em torno das suas AE's, símbolo da sua autonomia, bastião organizado do movimento estudantil e expressão da sua unidade.

7. Estar atentos e mili tantemente solidários com as realizações do movi- mento operário e popular concretizando a palavra de ordem:

ESTUDANTES E TRABALHADORES — A MESMA LUTA

P'LO ENDA:

A COORDENADORA NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR E MÉDIO